

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
2021

Mogi Mirim
2022

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
1.1	DIMENSÕES	3
1.2	BREVE HISTÓRICO	5
1.3	A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	5
1.3.1	<i>Dos objetivos</i>	6
1.4	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO.....	6
1.5	ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
2	COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO.....	7
2.1	CONSTITUIÇÃO.....	7
2.2	PRINCÍPIOS.....	8
2.3	MISSÃO	9
2.4	OBJETIVOS	9
2.5	METAS	9
2.6	FUNÇÕES	10
2.7	PROJETO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL.....	10
2.8	METODOLOGIA UTILIZADA.....	12
3	INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS.....	13
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO INTERNA.....	13
4.1	METODOLOGIA UTILIZADA.....	13
4.1.1	<i>A Coleta dos Dados</i>	14
4.2	PESQUISAS.....	14
4.3	DESENVOLVIMENTO.....	14
4.3.1	<i>Metodologia de Trabalho da Comissão</i>	15
4.3.2	<i>Desenvolvimento do Processo</i>	15
4.3.3	<i>Consolidação dos Trabalhos da C.P.A.</i>	15
4.3.4	<i>Metodologia dos instrumentos de coleta de dados</i>	15
4.3.5	<i>Dimensão Avaliada propostas para 2019-2021</i>	16
4.3.6	<i>Dimensões Resultados</i>	16
4.3.6.1	A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	16
4.3.6.2	A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização.	17
4.3.6.3	A responsabilidade social da instituição,	17
4.3.6.4	A comunicação com a sociedade.....	18
4.3.6.5	As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.	18
4.3.6.6	Organização e gestão da instituição.....	19
4.3.6.7	Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.	19
4.3.6.8	Planejamento e avaliação, especialmente dos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.	20
4.3.6.9	Políticas de atendimento aos estudantes	21
4.3.6.10	Sustentabilidade financeira	21
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	21

1 INTRODUÇÃO

A busca de novos horizontes e a necessidade de aumentar esforços, mobilizando recursos de forma coerente em direção a objetivos bem definidos, tem sido a grande mola propulsora das Instituições Isoladas de Ensino Superior. Sabe-se que as mesmas são absolutamente necessárias ao país, pois desempenham um papel de destaque no desenvolvimento do setor.

A Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis Santa Lúcia e a Faculdade de Direito de Mogi Mirim, foram no final de 2009 unificadas, nascendo dessa unificação a **Faculdade Santa Lúcia**.

A crescente exigência de qualidade no serviço prestado pela Instituição, aliada à velocidade das transformações sociais, demanda mais agilidade das Instituições Isoladas e, através da melhoria contínua e firmeza de propósitos, só possível com o auxílio da comunidade acadêmica e com a participação da sociedade, a Instituição poderá contribuir de forma ativa para o desenvolvimento integral do indivíduo.

Nesse sentido, a antiga Comissão Permanente de Avaliação Institucional (CPAI) da Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis Santa Lúcia, hoje Faculdade Santa Lúcia, desenvolve, desde 1998, um trabalho de avaliação institucional, visando à promoção do autoconhecimento institucional e sua real participação na comunidade.

A premissa, considerada pela CPAI, era de que a Instituição está empenhada na melhoria da qualidade de seus serviços em promover a boa formação do seu quadro discente, estabelecendo um ambiente de trabalho criativo e estimulante para seus colaboradores. Os dados e as análises feitas servirão de base para mudanças significativas na IES, para a formação plena dos seus alunos e colaboradores no âmbito pessoal e profissional.

Através dos órgãos colegiados da antiga Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis Santa Lúcia, foi criada, em 26/06/2004, a Comissão Própria de Avaliação (CPA). Suas funções, utilidades, autonomia e período de atividades são as constantes do Regulamento da Comissão.

A metodologia adotada prevê, num primeiro momento, a realização da análise do ambiente da Instituição (externo e interno), criando a consciência de suas oportunidades e ameaças, assim como de seus pontos fracos e fortes. A partir daí, será possível traçar os prováveis cenários em que a Instituição irá atuar, aproveitando as oportunidades, potencializando os pontos fortes e minimizando ameaças e riscos.

Para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, as IES precisam passar por profundas transformações em suas práticas e culturas. Os professores contribuem com seus saberes, valores e experiências na complexa tarefa de aprimoramento da qualidade do trabalho escolar (Libâneo, 2003). Quanto à função social da escola, temos:

O processo ideológico de formação pessoal e social e de reconhecimento do processo de cidadania em termos de direitos e deveres;

O entendimento de que os direitos humanos e cidadania significam prática de vida em todas as instâncias de convívio social dos discentes: família, escola, igreja e sociedade;

A necessidade de o docente e discente participarem na elaboração, gestão e

desenvolvimento do projeto educativo escolar, onde o docente deve levar sua atuação para além da sala de aula, a fim de comprometer-se com o coletivo da IES;

A atuação da IES de forma participativa, estabelecendo relações de parceria e colaboração com a comunidade; e,

A promoção de práticas educativas que levarão em conta as características, necessidades e anseios dos discentes.

A IES, independente de sua função social, tem a obrigação de preparar os profissionais do futuro e, para isso, precisa estar atenta ao ambiente onde está inserida, acompanhando suas mudanças e, principalmente, tendo flexibilidade para adaptar-se a ele.

Embora seja importante o conhecimento do ambiente, é fundamental conhecer também o tipo de aluno que faz parte de uma IES para que esta possa elaborar e/ou repensar seu projeto pedagógico, levando sempre em consideração as características dos estudantes e a legislação vigente. A IES precisa ser capaz de atender aos anseios e às necessidades dos alunos, promovendo pleno desenvolvimento desses alunos, e dando oportunidade para que eles ampliem seus conhecimentos pessoais e profissionais.

A IES não deve ter como objetivo norteador “formar” um profissional, como numa linha de produção, mas deve procurar melhorar a qualidade do ensino que está ministrando, oferecendo um leque de opções abrangentes, sempre em sintonia com as mudanças que ocorrem ao seu redor. Observa-se, no Plano Nacional de Graduação MEC/SESU¹, a preocupação com a formação dos futuros profissionais que são formados nas IES:

A graduação não deve restringir-se à perspectiva de uma profissionalização estrita, especializada. Há que propiciar a aquisição de competências de longo prazo, o domínio de métodos analíticos, de múltiplos códigos e linguagens, enfim, uma qualificação intelectual de natureza suficientemente ampla e abstrata para constituir, por sua vez, base sólida para a aquisição contínua e eficiente de conhecimentos específicos.

Em função da crescente cobrança da sociedade, implantar e consolidar um processo contínuo de Avaliação Institucional é uma necessidade primordial. O acompanhamento dos resultados dessa avaliação subsidiará o planejamento estratégico dos diversos setores da Instituição, resultando na melhoria crescente da qualidade dos serviços prestados pela mesma.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 e regulamentado pela Portaria 2.051 de 09 de julho de 2004, fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais. Em decorrência de sua concepção, o SINAES está apoiado em alguns princípios fundamentais:

- Responsabilidade social com a qualidade da educação superior;

¹ Disponível na página <http://www.mec.gov.br/Sesu/planograd.shtm>, o Plano é um referencial para criação de políticas educacionais, facilitando os debates em torno das políticas de graduação.

- Reconhecimento da diversidade do sistema;
- Respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
- Globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada;
- Continuidade do processo avaliativo.

Além disso, o SINAES estabeleceu que à Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), como órgão colegiado de supervisão e coordenação do SINAES, compete estabelecer diretrizes, critérios e estratégias para o processo de avaliação, em conformidade com suas atribuições legais. Dentre as diretrizes do CONAES, constam: sistematizar a concepção, os princípios e as dimensões da avaliação postulada pelo SINAES e definir sua implementação.

O SINAES integra três modalidades principais de instrumentos de avaliação aplicadas em diferentes momentos:

- I. Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), com duas etapas principais: a) autoavaliação, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES; e b) avaliação externa, realizada por comissões externas designadas pelo INEP, segundo diretrizes da CONAES;
- II. Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG);
- III. Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE); além de informações adicionais como: questionário socioeconômico, cadastro da IES, relatório e conceito CAPES etc.

1.1 Dimensões

A Lei nº 10.861/2004, no seu art. 3º, estabelece as dimensões que devem ser o foco da avaliação institucional e que garantem simultaneamente à unidade do processo avaliativo em âmbito nacional e a especificidade de cada instituição:

- a) **A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)** - identifica o projeto e/ou missão institucional, em termos de finalidade, compromissos, vocação e inserção regional e/ou nacional.
- b) **A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização**, incluídos os procedimentos para estímulo ao desenvolvimento do ensino, à produção acadêmica e das atividades de extensão - explicita as políticas de formação acadêmico-científica, profissional e cidadã; de construção e disseminação do conhecimento; de articulação interna, que favorece a iniciação científica e profissional de estudantes, os grupos de pesquisa e o desenvolvimento de projetos de extensão.
- c) **A responsabilidade social da instituição**, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social; ao desenvolvimento econômico e social; à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural contempla o compromisso social da instituição na qualidade de portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural, de respeito pela diferença e de solidariedade, independentemente da configuração jurídica da IES.
- d) **A comunicação com a sociedade** - identifica as formas de aproximação

efetiva entre IES e sociedade, de tal sorte que a comunidade participe ativamente da vida acadêmica, bem como a IES se comprometa efetivamente com a melhoria das condições de vida da comunidade, ao repartir com ela o saber que produz e as informações que detém.

- e) **As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho** - explicita as políticas e os programas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo, associando-os a planos de carreira condizentes com a magnitude das tarefas a serem desenvolvidas e a condições objetivas de trabalho.
- f) **Organização e gestão da instituição**, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios - avalia os meios de gestão para cumprir os objetivos e projetos institucionais, a qualidade da gestão democrática, em especial nos órgãos colegiados, as relações de poder entre estruturas acadêmicas e administrativas e a participação nas políticas de desenvolvimento e expansão institucional.
- g) **Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação** - analisa a infraestrutura da instituição, relacionando-a às atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e às finalidades próprias da IES.
- h) **Planejamento e avaliação, especialmente dos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional** - considera o planejamento e a avaliação como instrumentos integrados, elementos de um mesmo *continuum*, partícipes do processo de gestão da educação superior. Esta dimensão está na confluência da avaliação como processo centrado no presente e no futuro institucional, a partir do balanço de fragilidades, potencialidades e vocação institucionais.
- i) **Políticas de atendimento aos estudantes** - analisa as formas com que os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica e os programas por meio dos quais a IES busca atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil.
- j) **Sustentabilidade financeira**, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior - avalia a capacidade de gestão e administração do orçamento e as políticas e estratégias de gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e na obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas.
- k) **Outras dimensões** - inclui outros itens considerados relevantes para a instituição, tendo em vista a compreensão e construção da sua identidade institucional, suas especificidades e sua missão (hospitais, teatros, rádios, atividades artísticas, esportivas e culturais, inserção regional, entre outros).

1.2 Breve Histórico

A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL SANTA LUCIA – AEDASLU – foi fundada em 12 de março de 1990, na cidade de Piracicaba, com sede à Rua Maringá, 450, Parque Taquaral. É uma associação civil, de direito público privado, sem fins lucrativos para seus associados, conforme a legislação vigente. Teve seu estatuto registrado sob nº 1.429, do Livro A-1 de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do 1º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Piracicaba em 29 de março de 1990 e sofreu uma alteração estatutária em 26 de setembro de 1997. Está inscrito no CGC/MF sob nº 60.717.261/0001-59

A associação tem sua diretoria composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Tesoureiro e um Secretário.

Em 1994, foi autorizado a funcionar o curso de Administração. Em 1995 foi autorizado o curso de Ciências Contábeis. Em 2004 foi autorizado o curso de Sistemas de Informação e, em 2005 foi autorizado o curso de Serviço Social. Em 2009, foram unificadas a Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis Santa Lúcia e a Faculdade de Direito de Mogi Mirim, através da Portaria nº 1.746 de 22/12/2009. D.O.U. 24/12/2009, nascendo a Faculdade Santa Lúcia.

1.3 A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

Ao realizar-se este trabalho, parte-se da premissa de que a Instituição está empenhada na melhoria da qualidade de seus serviços, em promover a boa formação do seu quadro discente e em estabelecer um ambiente de trabalho criativo e estimulante para seus colaboradores e comunidade.

Pode-se definir valores como sendo o conjunto de crenças e princípios que orientam as atividades e operações da Instituição e, certamente, influenciam o comportamento geral de seus membros.

Os valores da Instituição são os seguintes:

“Liberdade, Responsabilidade, Justiça, Ética, Cidadania, Educação e Respeito, Integração, Parceria, Criatividade e Pluralidade”.

Ao respondermos a pergunta: Por que existimos? Estamos definindo a missão da instituição. Ela é a sua razão de ser e deve refletir os motivos pelos quais a Instituição foi criada e é mantida. Ao ser formulada, a missão deve permear o dia a dia de todas as atividades da Instituição.

Dimensionar as possibilidades da Instituição irá ajudar a estabelecer sua missão. Devemos dar atenção aos pontos fortes, pois eles expressam as áreas em que melhor a instituição pode atuar, atendendo necessidades reais.

A missão da Instituição:

“Atuar na região, como um agente permanente de mudanças, no processo de formação integral do indivíduo, investindo no desenvolvimento profissional e pessoal de seus alunos, professores, colaboradores e comunidade”.

Quando se fala do futuro da instituição, estamos falando onde queremos chegar, nossa visão de futuro, e é essa visão que direcionará os rumos da Instituição.

A Visão de Futuro da Instituição:

“Ser reconhecida como referencial de excelência no ensino, por seus membros e pela sociedade em geral”.

A partir dessa visão, uma das metas da Instituição é aperfeiçoar continuamente os indicadores para sinalizar, mediante avaliação, controle e acompanhamento, se o rumo está certo e quais ações corretivas devem ser aplicadas.

E, por fim, foram definidas as metas, as estratégias e as ações para que a Instituição possa alcançar os objetivos propostos no presente plano.

1.3.1 Dos objetivos

De acordo com o art. 2 de seu Regimento, a Instituição destina-se a:

- I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;
- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e à criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e
- VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão de conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Quando falamos de objetivo, estamos expressando uma situação que a Instituição deseja atingir no futuro, com probabilidades razoáveis de sucesso. Como ele representa o que será realizado para construir a visão e cumprir a missão institucional, é importante que seja vinculado a diferentes níveis dentro da estrutura organizacional: estratégico, gerencial e operacional.

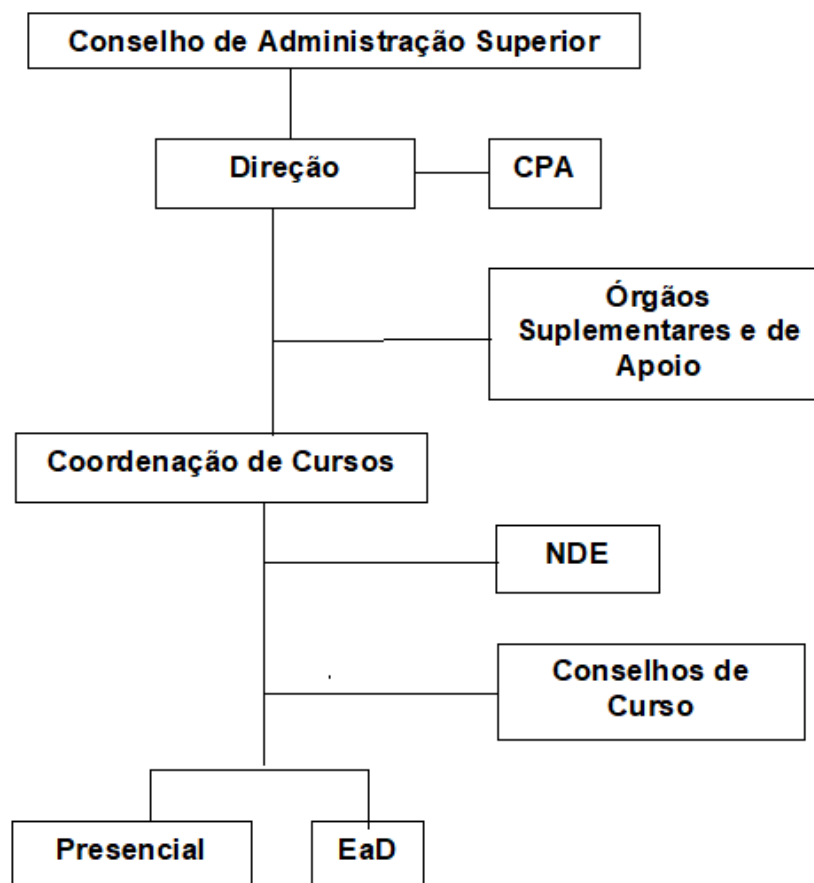
1.4 Estrutura organizacional e Instâncias de decisão

De acordo com o art. 3º do Regimento, a Faculdade possui a seguinte estrutura:

- I. Conselho de Administração Superior;
- II. Conselho de Curso;

- III. Diretoria;
- IV. Coordenação de Curso; e
- V. Órgãos Suplementares e de Apoio.

1.5 Organograma da Estrutura Organizacional



2 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

2.1 Constituição

Com a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, pela promulgação da Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, impõe-se o desafio de mobilização de toda a comunidade acadêmica, das grandes instituições e universidades até as pequenas escolas isoladas, no sentido de compartilharem e assumirem a condição de agentes de sua própria avaliação e da construção das suas diretrizes para alcançarem os seus objetivos, “respeitadas identidade, história e missão de cada uma”.

A Faculdade Santa Lúcia, de pronto, entendeu e assumiu o que lhe competia fazer. Criou a sua CPA, através da Portaria nº 09/2004 de 26 de junho de 2004.

A CPA conquistou maior abrangência na Instituição, com considerável avanço nos instrumentos avaliativos. Houve um amadurecimento do debate a respeito da auto avaliação, bem como uma maior conscientização de todos os segmentos institucionais – coordenações de curso, corpo docente, corpo discente e técnico-administrativo – a respeito do papel da CPA e de suas formas de intervenção.

O fluxo de informações sobre o andamento das atividades e os relatórios parciais de avaliação da CPA são compartilhados com todas as instâncias de tomada de decisão dentro da Instituição, e não apenas com os membros do colegiado, a fim de que coordenações e direção tenham condições de implementar as mudanças necessárias com uma base de informação mais ampla e segura.

A atual coordenação da CPA, iniciada em janeiro de 2009, também vem realizando um trabalho de conscientização junto ao corpo discente, esclarecendo dúvidas sobre a atuação do colegiado e incentivando a participação dos alunos no processo de avaliação interna, visto que quanto maior o número de questionários respondidos, mais confiável e produtiva se torna a análise dos resultados.

2.2 Princípios

A Avaliação Institucional deve ser um instrumento básico de aferição da qualidade no sistema educacional de ensino superior no Brasil.

O SINAES estabeleceu que todas as IES estão obrigadas a se submeterem ao processo de Avaliação Institucional. Além disso, dispõe a Lei nº 10.861/2004, no seu art. 11º, que “cada instituição pública ou privada constituirá Comissão Própria de Avaliação (CPA) no prazo de 60 dias a contar da publicação desta lei”.

Um programa de avaliação só terá sucesso se for norteado por alguns princípios que possam garantir a busca da qualidade do ensino da instituição:

- **Ética:** A ética deve estar em todas as atividades, especialmente nas dos avaliadores que são os condutores do processo;
- **Participação:** Deve-se promover a maior integração e participação de todos os colaboradores da instituição;
- **Isenção:** A avaliação precisa ser feita de maneira isenta para que seus resultados sejam significativos;
- **Globalidade:** Abranger todos os aspectos da instituição;
- **Periodicidade:** A avaliação deve ser feita em períodos pré-determinados;
- **Comunicação:** Durante todo o processo de avaliação, os envolvidos devem ser informados dos resultados de cada etapa e, se for o caso, das mudanças que forem sendo introduzidas;
- **Continuidade/Comparabilidade:** Os instrumentos devem ser capazes de mostrar a evolução da instituição, a comparação no tempo irá revelar o grau de eficácia das medidas adotadas a partir dos resultados obtidos;
- **Identidade Institucional:** Deve-se procurar contemplar e respeitar as características da identidade e filosofia institucional;
- **Objetividade:** O projeto de avaliação institucional deve ser claro e objetivo, e é essa objetividade que irá garantir seu sucesso;
- **Credibilidade:** A Avaliação Institucional precisa ser percebida como justa e equitativa.

2.3 Missão

A CPA da Faculdade Santa Lúcia consiste em utilizar estratégias que contemplem as dimensões interna e externa, conjugando os aspectos quantitativos e qualitativos da realidade a ser examinada.

A CPA da instituição pretende não só a busca de qualidade para o seu trabalho interno, mas também a satisfação das necessidades do seu ambiente externo, sua clientela e mercado, com vistas a enfrentar os desafios do futuro.

Ao responsabilizar-se pela condução dos processos de avaliação internos e externos, pela sistematização e pela prestação das informações solicitadas pela CONAES, a CPA deve atuar de forma autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes, contando com a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada.

2.4 Objetivos

A CPA da Faculdade Santa Lúcia tem a finalidade de avaliar a capacidade institucional, o processo de ensino e produção do conhecimento, o processo de aprendizagem e a sua responsabilidade social. Tem também o objetivo de assegurar o caráter público de todos os processos e procedimentos avaliativos, mantendo o respeito à identidade e à diversidade de seus cursos, promovendo a participação do corpo discente, docente e técnico administrativo, bem como da sociedade civil, por meio de suas representações e a análise global e integrada das dimensões: estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais dos cursos da própria IES.

Além disso, como objetivo geral, o trabalho da CPA visa subsidiar e orientar a gestão institucional em suas dimensões política, acadêmica e administrativa para promover os ajustes necessários à elevação do seu padrão de desempenho e à melhoria permanente da qualidade das atividades desenvolvidas.

Os objetivos específicos da CPA são:

- Sensibilizar constantemente os diferentes segmentos – acadêmicos e administrativos – para a importância da avaliação como um processo de melhoria da qualidade;
- Proceder à avaliação interna dos cursos de graduação, especialização e extensão;
- Avaliar as atividades e a inserção da instituição na comunidade;
- Acompanhar o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Verificar a infraestrutura institucional e sua adequação às mudanças necessárias para a implantação do Projeto Institucional desejado;
- Facilitar a avaliação externa dos cursos de graduação;
- Promover condições favoráveis para o desenvolvimento da cultura de avaliação na comunidade acadêmica;
- Fortalecer a identidade cultural da instituição entre os seus integrantes, através do conhecimento de sua realidade global.

2.5 Metas

- Desenvolver trabalho de sensibilização para a comunidade interna;
- Elaborar quadros de indicadores institucionais de avaliação;

- Avaliar o corpo docente dos cursos de graduação e pós-graduação;
- Avaliar a estrutura didático-pedagógica dos cursos;
- Avaliar a infraestrutura institucional;
- Realizar avaliação dos cursos por egressos;
- Avaliar o corpo técnico-administrativo;
- Avaliar a gestão dos cursos de graduação e pós-graduação;
- Avaliar a gestão da instituição, em todos os níveis;
- Avaliar as atividades de ação comunitária;
- Elaborar relatórios parciais dos resultados, no decorrer do processo;
- Promover a apresentação e discussão de resultados;
- Promover condições favoráveis para realização da avaliação externa;
- Analisar os resultados obtidos pela Instituição na avaliação externa, articulando-os aos da autoavaliação.

2.6 Funções

A CPA tem a função de coordenar e conduzir o processo da Avaliação Institucional, sendo que suas principais atribuições são:

- Sensibilizar a comunidade envolvida;
- Envolver a comunidade acadêmica e administrativa no processo de avaliação, estimulando a participação;
- Organizar o sistema de coleta e análise de dados;
- Contribuir para construção e aplicação de instrumentos de coleta de dados;
- Agrupar e proceder à análise dos dados colhidos;
- Divulgar resultados e promover discussões em torno da análise dos resultados;
- Orientar ações futuras através da comparação das avaliações internas e externas;
- Avaliar continuamente os objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, de modo a desenvolver uma cultura de constante aprimoramento;
- Promover a continuidade e o aperfeiçoamento do processo avaliativo.

2.7 Projeto de Acompanhamento e Avaliação do Desempenho Institucional

Desde sua criação, a Faculdade Santa Lúcia vem priorizando a qualidade do ensino que ministra, transformando-a em uma preocupação constante, evidenciada através dos Projetos Pedagógicos de seus cursos e da constante atualização dos conteúdos, visando, ainda de forma embrionária, a integração entre pesquisa e ensino, demonstrada através de ações como as Atividades Complementares e as Atividades de Conclusão de Curso. Além disso, procura criar, equipar e modernizar seus laboratórios e sua biblioteca, buscando, com isso, alcançar seus objetivos.

O processo contínuo de autoavaliação institucional da Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis Santa Lúcia tem a função de apontar os pontos fortes e fracos da instituição, detectando suas dificuldades e virtudes, e oferecendo subsídios para a tomada de decisões.

Houve mudanças nos instrumentos de avaliação e iniciativas no sentido de fortalecer o comprometimento de toda comunidade acadêmica. Dentre essas iniciativas, figura a aplicação do conjunto de instrumentos relativos à auto-avaliação

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL SANTA LÚCIA
Faculdade Santa Lúcia

discente e docente, discente avalia docente, discente avalia Estágios/TCC/Prática e Atividades Complementares e docente avalia discente uma vez por ano, de preferência no segundo semestre letivo.

A CPA entende que a repetição desses instrumentos anualmente é uma maneira de incorporar a avaliação à cultura institucional e acompanhar com maior frequência o desempenho do corpo docente e discente, a fim de que qualquer medida de correção necessária seja aplicada no menor tempo possível, evitando desdobramentos prejudiciais às atividades da Instituição e ao seu compromisso com a qualidade de ensino.

A avaliação interna do ensino de graduação, dividida em 2 semestres, utiliza atualmente os seguintes instrumentos e periodicidade:

Instrumentos	Periodicidade
Acompanhamento dos Egressos	Disponível o ano todo
Questionário Sócio-econômico	1º semestre - ingressantes
Auto-avaliação Discente e Docente avalia Docente/Estágios/TCC/Prática e Atividades Complementares	2º semestre do ano
Auto-avaliação Docente e Docente avalia Discente/Curso/Estrutura/IES	2º semestre do ano
Discente avalia Estrutura da IES	2º semestre do ano
Coordenação Avalia Docentes e Direção	2º semestre do ano
Direção Avalia Coordenação e Corpo Docente	2º semestre do ano
Auto-avaliação Técnico-Administrativos e Avaliação da IES	2º semestre do ano
Discente avalia Docente e Disciplina do MBA	Ao final de cada módulo

A compilação dos dados é efetuada de modo a constituir ações que objetivem o contínuo aprimoramento da IES.

Quanto à avaliação externa, deverá haver visitas periódicas de uma comissão de avaliadores especialistas do MEC. Após a visita, a comissão elaborará o relatório de avaliação institucional, tendo por base o relatório de autoavaliação, os documentos da instituição, as consultas desenvolvidas pelo MEC (Censo, Cadastros), a realização de entrevistas e as demais tarefas desenvolvidas durante a visita, além das informações provenientes dos diversos processos avaliativos (ENADE, Avaliação de Cursos e Exames de Conselhos Profissionais).

Apurando o grau de eficiência das atividades desenvolvidas, os resultados na avaliação externa oferecerão indicadores para a melhoria da qualidade de ensino, dando oportunidade de aperfeiçoamento dos aspectos positivos e da adoção de medidas de superação dos aspectos negativos identificados.

São utilizados como indicadores de desempenho das ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional que compõem esta Avaliação Institucional os resultados dos processos de avaliação dos cursos de graduação, o grau de melhoria da qualificação e condições de trabalho do corpo docente, o número de candidatos por vaga nos diferentes cursos, a taxa de evasão, o nível de melhoria da infraestrutura disponível e o grau de absorção pelo mercado dos profissionais formados pela Instituição.

Em nota, 2020 foi impossível conseguir que os alunos respondessem os questionários, online, passamos o ano inteiro com os alunos no whatsapp tirando dúvidas e acalmando seus temores.

2.8 Metodologia Utilizada

Adotar uma metodologia adequada é uma exigência que deve ser atendida ao se planejar o processo avaliativo. Dependendo do enfoque teórico, os métodos avaliativos podem ser classificados de diferentes modos. Segundo alguns teóricos, eles são classificados como não invasivos e invasivos. O primeiro não pressupõe qualquer interação entre o avaliado e os participantes no processo, analisando pistas físicas, notas de observações e de arquivos. O segundo baseia-se na interação dos avaliadores com os participantes do processo, com aplicação de testes de conhecimento, levantamentos de valores, atitudes e comportamentos.

A abordagem, por sua vez, pode ser qualitativa – a qual busca compreender o ponto de vista dos envolvidos quanto às características de um programa e seus resultados. Já a abordagem quantitativa parte de parâmetros pré-estabelecidos, que possam ser traduzidos em termos numéricos; nela a quantificação é enfatizada como fator de discussão do objeto em avaliação. Não sendo mutuamente excludentes, estas duas abordagens podem ser utilizadas beneficiando o processo de avaliação.

Um Programa de Avaliação Institucional deve utilizar uma estratégia que contemple as dimensões interna e externa, conjugando os aspectos quantitativos e qualitativos da realidade a ser examinada. Pretende-se não só a busca de qualidade para o trabalho interno, mas também a satisfação das necessidades do seu ambiente externo, sua clientela e mercado, com vistas a enfrentar os desafios do futuro.

A aplicabilidade de qualquer técnica para um propósito particular depende de um grande número de fatores, os quais precisam ser cuidadosamente considerados desde o início do processo avaliativo, o qual deve ser coletivo, participativo e organizado.

Diante das rápidas transformações sociais, tecnológicas e comportamentais, a CPA pretende, através da busca da qualidade e melhoria dos processos internos da IES, obter a legitimação externa. Portanto, em termos metodológicos, não se pode perder de vista a especificidade das características internas, nem tampouco deixar de lado padrões externos que permitam a comparabilidade. A CPA adota uma perspectiva quali-quantitativa, optando pela combinação de métodos e técnicas que mais se coadunam com as características da Instituição, utilizando-se de uma avaliação diagnóstica formativa.

A forma de estruturação da CPA da Faculdade Santa Lúcia compreende seis fases que, por sua vez, subdividem-se em etapas de execução, todas elas interdependentes e complementares, mas com características e naturezas próprias e são compostas por: sensibilização; diagnóstico; autoavaliação; avaliação externa; reavaliação; reformulação.

Outro importante componente da avaliação é a reflexão sobre o processo, suas dificuldades e avanços, permitindo planejar ações visando à continuidade do mesmo.

A Avaliação Externa certamente buscará a integração com a avaliação interna. O processo de avaliação externa é composto por duas etapas: 1) visita de uma comissão externa de avaliadores à IES; 2) elaboração do relatório de avaliação institucional.

Os resultados da avaliação interna são traduzidos numericamente, não para se ter da IES um diagnóstico apenas quantitativo, mas, “superando meras verificações e

mensurações” e, mediante uma análise crítica e interpretativa que agregasse valor qualitativo às informações obtidas, fosse ponto de partida para julgar potencialidades e realizações, fragilidades e dificuldades, pontos positivos e negativos da IES.

3 INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

A Faculdade Santa Lúcia está localizada em Mogi Mirim, Estado de São Paulo. Os cursos oferecidos pela Instituição são Administração, Ciências Contábeis, Direito, Sistemas de Informação, Serviço Social, Tecnológicos em: Redes de Computadores, Análise de Sistemas e Comércio Exterior.

Sabe-se que é necessário melhorar este nível, aumentando o percentual de docentes com regime parcial e integral dentro da Faculdade, mas deve-se levar em conta que, financeiramente, ainda é difícil, visto que, apesar dos investimentos relativamente grandes para o porte da instituição, o valor da mensalidade mantém-se num patamar competitivo com os valores praticados na região.

A Faculdade Santa Lúcia tem investido continuamente no sentido de ser referência na região. Cursos como Administração, Direito e Ciências Contábeis são valorizados na cidade e, a despeito da concorrência regional crescente, as inscrições para o vestibular comprovam a preferência pela IES. A busca por profissionais qualificados, aliada a uma estrutura curricular moderna e, até mesmo, inovadora na região, são os diferenciais que a faculdade deve continuamente perseguir, ampliando os investimentos na estrutura interna conforme necessário.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO INTERNA

4.1 Metodologia Utilizada

Ao preparar o questionário, a Comissão Própria de Avaliação se preocupou em buscar tópicos relevantes para análise deste instrumento e criar, para cada um deles, um indicador. Dividido em questões, estes indicadores, quando tabulados em conjunto, oferecerão uma visão geral do tópico analisado.

A média de cada questão é obtida pela soma de todas as notas que contribuíram para a sua formação, exceto as questões que o discente não sabe avaliar.

Funcionando como uma medida de eficiência, a média determina a tendência do grupo em função da escala.

É importante ressaltar que se deve analisar, antes de tomar a média como 100% verdadeira, o grau de participação dos alunos. Sendo assim, médias alcançadas com baixa participação percentual podem mascarar resultados e cabe ao coordenador de cada curso decidir se deve considerá-las.

Os relatórios e gráficos, gerados pelo sistema, apresentam as médias para comparação das perguntas que compõem o indicador analisado. Com o indicador dividido, é possível visualizar as médias em cada questão que o compõe e observar as discrepâncias quando acontecerem.

Como medida de dispersão, o Desvio Padrão serve para análise da eficácia de uma média: quanto maior o Desvio Padrão, maior a dispersão de notas e, portanto, menor sua eficácia. Não podemos omitir a forte tendência de que, quanto maior o

universo pesquisado, maior será o desvio apurado. Um Desvio Padrão alto em um indicador pode estar informando que uma ou mais perguntas são discrepantes entre si (algumas, bem avaliadas, outras não). Nesse sentido, podemos considerar unânime um indicador quando este apresentar um Desvio Padrão menor ou igual a 0,75.

Quanto à média desejada, temos como premissa a visão de futuro da instituição: **“Ser reconhecida como referencial de excelência no ensino, por seus membros e pela sociedade em geral”**. Por isso, devemos superar o satisfatório, não nos contentando apenas em sermos mais um, mas sim, uma referência, em todos os sentidos, na região em que atuamos.

4.1.1 A Coleta dos Dados

Para a elaboração dos instrumentos, tivemos a preocupação de formular questões neutras, simples e claras. Neutras, para que as perguntas não se tornassem manipulatórias, isto é, não contivessem certa carga valorativa. Simples, de modo a que não contivessem facetas múltiplas, ou seja, que não oferecessem dúvidas quanto à sua resposta (perguntas ambíguas). Claras, para não colocar os respondentes em situações desconfortáveis e não ferir quaisquer tipos de suscetibilidades.

A Comissão Própria de Avaliação procurou envolver o maior número possível de participantes. A investigação qualitativa utilizada serve para abordar e analisar a realidade empírica na busca do conhecimento e compreensão das necessidades e expectativas do corpo discente dos cursos ministrados pela Faculdade Santa Lúcia.

Para Bogdan e Biklen (1994:47-48),

Na investigação qualitativa a fonte directa é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal. (...) Os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as acções podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência.

O que se procura, com a investigação empírica, é aumentar o grau de compreensão de determinados fenômenos que afetam nossa realidade.

Quanto a essa questão, Dencker e Viá (2001:50) consideram que:

Para que a ciência possa produzir conhecimentos sobre a realidade ou para que possua interesse prático, é necessário que contenha elementos empíricos, pois é apenas pela experiência sensível que podemos recolher informações básicas a respeito do mundo.

4.2 Pesquisas

São sujeitos deste estudo todos os professores da Faculdade Santa Lúcia, o corpo discente, os funcionários e colaboradores da Instituição, os Coordenadores de Cursos e a Direção.

4.3 Desenvolvimento

Documento elaborado pela C.P.A. da Faculdade Santa Lúcia, atendendo às

exigências do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

O Projeto de Avaliação Institucional apoia-se nas diretrizes delineadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e pelo novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) instituídos pela Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004.

4.3.1 Metodologia de Trabalho da Comissão

As ações avaliativas assim como as de divulgação de seus resultados acompanharam o cronograma de atividades da CPA e também o Projeto de Auto-Avaliação da IES, sempre tendo como parâmetro as 10 Dimensões avaliadas.

Etapas do Plano de Ações, realizadas em ordem sequencial e cronológica:

- ✓ Criação do Cronograma.
- ✓ Distribuição de tarefas.
- ✓ Envolvimento da comunidade acadêmica.
- ✓ Disponibilização de materiais e recursos operacionais.
- ✓ Reuniões com os colegiados e a C.P.A.
- ✓ Reuniões com os membros da C.P.A. e a sua coordenação para leitura de comunicados, legislação e de documentos para efetivação do calendário.
- ✓ Divulgação do Processo na mídia eletrônica.

4.3.2 Desenvolvimento do Processo

- ✓ Reestruturação dos membros da CPA.
- ✓ Entrega de documentação com orientação e modelos aos membros.
- ✓ Aplicação dos questionários quantitativos por meio da mídia eletrônica.
- ✓ Tabulação de dados.
- ✓ Recebimento dos Relatórios.

4.3.3 Consolidação dos Trabalhos da C.P.A.

- ✓ Conclusão do Relatório;
- ✓ Remessa do Relatório Final para o MEC.

A etapa da consolidação refere-se à elaboração, divulgação e análise do Relatório Final. Prevê também, a realização de um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da IES.

4.3.4 Metodologia dos instrumentos de coleta de dados

As estratégias e construção de instrumentos para coleta de dados foram definidas em reunião da CPA, Direção e Coordenadores.

As atribuições da CPA ficaram assim definidas:

- ✓ Levantar dados importantes e específicos – núcleo básico e comum e temas optativos.
- ✓ Identificar a história e a cultura de cada dimensão.
- ✓ Identificar parâmetros / índices (regionais e nacionais).
- ✓ Identificar no P.D.I tópicos de cada dimensão e relacioná-los.
- ✓ Formatação de questionários.
- ✓ Coleta de dados por meio de questionário eletrônico e tradicional.
- ✓ Tabulação de dados.
- ✓ Campanhas de sensibilização.

Os instrumentos de avaliação foram diversificados por dimensão. Optou-se pelo questionário, relatório, histórico e entrevistas (quando for o caso).

Quanto à metodologia por instrumento, definiu-se o número de questões dos questionários, os tipos de públicos e as dimensões que os utilizariam.

Houve, no decorrer do trabalho, um monitoramento sistemático do trabalho dos membros da CPA.

Os questionários foram respondidos por professores, alunos, funcionários e sociedade civil, e as informações coletadas foram utilizadas no presente parecer.

4.3.5 Dimensão Avaliada propostas para 2019-2021

A análise destes relatórios seguirá o seguinte roteiro em cada dimensão:

- a) Desenvolvimento: objetivo, processos de trabalho e Métodos de pesquisa.
- b) Análise da Dimensão: ações planejadas, ações realizadas, resultados alcançados, fragilidades e potencialidades.
- c) Considerações finais: Divulgação dos resultados e sugestão de ações.

4.3.6 Dimensões Resultados

4.3.6.1 A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

A situação inusitada dos anos 2020 e 2021 obrigaram-nos a rever metas e ações para os próximos anos, em especial 2022 a 2025, esperamos receber alunos com grande defasagem educacional, visto que a maioria de nossos alunos é oriunda da escola pública, onde completaram seu ensino médio.

Não serão criados cursos novos, estaremos monitorando e consolidando os já existentes. Nossos alunos, principalmente os que entraram em 2020 e 2021 precisaram de atenção redobrada, caso iniciemos presencialmente em 2022. A atenção justifica-se pelo longo período das aulas remotas, onde se sabe que a qualidade do ensino é questionável, sem esquecer o foco dos alunos, que segundo nosso levantamento foi abaixo do esperado, principalmente no segundo semestre de 2021, onde relataram o cansaço das aulas remotas e a falta de motivação.

De acordo com nossa **missão é imperativo agora focar todos nossos esforços para garantir a formação integral de nossos alunos**, trazendo a motivação e o foco que nossos alunos sempre tiveram.

A fim de realizar sua missão, a CPA deve, portanto, constituir-se como órgão de

representação acadêmica e social, devendo, na sua composição e no desenvolvimento de suas funções, assegurar a participação dos sujeitos envolvidos no processo. Ouvindo-os e aprendendo com suas dificuldades e incertezas de futuro.

Com tudo em mente, a CPA está de acordo com o PDI 2021/25, onde o foco será no aluno, não criando novos cursos até a normalidade do retorno das atividades da IES, focando seus esforços para auxiliar seus colaboradores e, principalmente, tendo o discente como foco de toda atividade.

Acompanhando o que temos feito ao longo dos anos, vamos monitorar e consolidar o novo curso de Psicologia, não esquecendo nossos cursos já consolidados, em nossa cidade e região, a proposta é que nos próximos anos nenhum outro curso seja programado. Nossa estrutura precisou ser adequada as aulas remotas, com o intuito de continuar oferecendo cursos de qualidade, mesmo que a distância e, agora com o possível retorno ao presencial, muito trabalho há de ser feito pelos nossos discentes e comunidade acadêmica.

4.3.6.2 A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização.

A curricularização da extensão, ou creditação (curricular) da extensão, estratégia prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), foi regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018.

O assunto vem sendo discutido desde 2019, infelizmente com a estruturação para aulas remotas e novas modalidades de ensino durante 2020 e 2021, foi deixado um pouco de lado. Retornamos e, 2021 com o firme propósito de encontrar soluções criativas e inovadoras para inserção de nossos alunos nos programas de extensão,

O processo de adequação dos Projetos Pedagógicos de Curso para inserção do percentual exigido, a creditação curricular, será tema de debates durante o ano de 2022. Essa demanda de adequação curricular é emergente no contexto de implantação e cumprimento do Plano Nacional de Educação – PNE e da resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE, nº 07 de 2018, que aponta as diretrizes nacionais para a extensão.

Continuaremos com nossas propostas, mas o esforço da IES agora é para que em 2022 seja implantado o Núcleo de Psicologia Aplicada e a Farmácia Gratidão. O CEJUSC e demais escritórios funcionam a contento. Todos os novos programas farão com que nossos alunos se insiram diretamente na comunidade, levando seu conhecimento teórico para o campo da realidade, e com isso, aprendendo novos caminhos.

Na instituição, as atividades de ensino e extensão são as mais desenvolvidas, de modo que, no ensino, há a constante preocupação de os conteúdos estarem adequados à realidade do mercado e de acordo com a identidade de nossa região. A prática de atividades de extensão sempre se encontra conectada com as demandas do ensino, o que garante a significatividade das mesmas. As atividades de iniciação científica ocorrem ainda de modo incipiente e necessitam de maior desenvolvimento de parte dos docentes e da instituição como um todo.

Toda política da escola esta detalhada nos projetos dos cursos e pdi.

4.3.6.3 A responsabilidade social da instituição,

A faculdade mantém um bom número de convênios com instituições e empresas na cidade e região; ampliou o atendimento do CEJUSC e do Escritório de

Assistência Social e, coroando todo processo, em 2022 estaremos prestando serviços à comunidade carente por meio de nossa Clínica Escola E A Farmácia Gratidão.

Ampliaremos os convênios com os diversos setores da sociedade civil de forma a potencializar a aplicação da pesquisa científica voltada para o levantamento das demandas do mercado, atenção especial deve ser dada agora aos campos de atuação do futuro psicólogo.

Deve-se ampliar a oferta financiamento estudantil, permitindo que mais jovens carentes consigam acesso aos bancos escolares. A IES continuará flexibilizando os parâmetros para o financiamento estudantil, tornando mais fácil o acesso.

Inúmeras ações foram colocadas em praticas, durante essa pandemia, favorecendo os alunos com problemas financeiros, tais como:

- Perdão parcial e total de mensalidades escolares do ano de 2020 e 2021;
- Ampliação do Financiamento Próprio;
- Parcelamento, sem juros, de dividas atrasadas, incluindo as anteriores a 2021;
- Matrículas sem pagamentos, acordos postergando pagamentos de mensalidade para, quem sabe, o pós-pandemia.

A Faculdade vem desenvolvendo seu trabalho na área educacional, com atenção para a conexão com a responsabilidade social. Dessa forma, várias ações são planejadas com o objetivo de que haja maior atenção aos acontecimentos locais e regionais, tais como oferta de cursos livres e gratuitos para a comunidade, visita às escolas com a finalidade de orientação vocacional, dentre outras atividades.

4.3.6.4 A comunicação com a sociedade

Nossa Ouvidoria funciona a contento, mas notamos que depois da página no Facebook da faculdade, as demandas estão sendo expressas com maior vigor por meio dela. Os atendimentos estão mais ágeis e os questionamentos e dúvidas são respondidos em menos de 24 horas.

Durante o ano de 2021 a nossa página nas redes sociais, representou a totalidade de questionamentos, a maioria dos alunos e comunidade optou por fazer perguntas diretamente ao Messenger da Faculdade, visto que a resposta é mais rápida.

A grande dúvida que permeou os anos de 2020/21, será que um dia voltaremos as atividades presenciais, a angústia dos alunos era com o que palpável, principalmente no segundo semestre de 2021, onde relatam cansaço das aulas remotas e muito desmotivados com o futuro.

Nosso entorno a dúvida de pais e a sociedade em geral, era quando nossos escritórios seriam abertos, quando a Faculdade voltaria a atender a população.

4.3.6.5 As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Devemos manter as mesmas definições e ações dos anos anteriores, notamos que o ambiente de trabalho é favorável e nossos colaboradores seguem satisfeitos com a instituição.

As opiniões da maioria dos entrevistados convergem quando foi medida a

adequação entre a quantidade e a qualidade dos servidores da IES em relação à sua missão.

A maioria dos respondentes (discentes: 37% e docentes: 100%) destacaram haver um número suficiente e ajustado de docentes e técnico-administrativos para o cumprimento dos objetivos da Instituição.

Com relação o relacionamento interpessoal, este é importante para criar um ambiente de companheirismo, de equipe e de amizade, facilitando o processo de ensino-aprendizagem e favorecendo um ambiente agradável de trabalho.

Os resultados são positivos, pois 100% dos professores classificaram como muito bom o relacionamento interpessoal com os demais professores, com a coordenação, direção, funcionários e alunos da Instituição.

4.3.6.6 Organização e gestão da instituição

O modelo continua dando certo, a gestão é descentralizada, e a mantenedora não interfere na organização proposta pelos coordenados e diretor da instituição. Os conselhos tem autonomia e pretendemos observar o mesmo cenários nos próximos anos.

A gestão institucional na Faculdade Santa Lúcia se dá pela ação autônoma mas coordenada da direção da instituição, do colegiado de cursos, como órgãos deliberativos, dos núcleos estruturantes dos cursos, auxiliados pelos dados oriundos da CPA.

Dentre os principais valores e diretrizes destes segmentos estão: a autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões. Todos estes elementos são imprescindíveis para que haja competência e profissionalismo no fazer institucional.

O Sistema de registro acadêmico é desenvolvido mediante a consideração de aspectos importantes como: organização, informatização, agilidade no atendimento, informatização e diversificação de documentos disponibilizados.

Quando perguntado aos docentes e integrantes de órgãos colegiados se as ações destes órgãos se dão com independência. A resposta foi positiva.. Ao indagarmos aos discentes se as atividades de registro e controle acadêmico na instituição são realizadas de modo organizado e com presteza. A resposta dos discentes apontou que 87 % acreditam que as atividades são desenvolvidas com organização e responsabilidade.

4.3.6.7 Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Com o advento dos novos cursos, laboratórios foram criados até 2019, conforme dito no relatório 2019/2020, não foi descuidado do acervo da biblioteca, mantendo-o atualizado.

É necessária a atualização dos laboratórios de informática para 2022, visto que nosso retorno presencial é quase certo, e a demanda pelos laboratórios fatalmente será maior.

Nos anos de 2019 e 2020, investimento teve como foco plataformas para as aulas remotas, especialmente a GoTo, utilizadas nos dois anos para nossas aulas. A disponibilidade da biblioteca virtual ajudou muito os alunos, provendo-os de materiais necessários a trabalhos e pesquisas.

Normalmente, a pesquisa a respeito da infraestrutura é onde se apontam as maiores fragilidades. Itens como biblioteca desatualizada, falta de climatização nas salas de aula, diversidade de lanches na cantina são sempre avaliados como em sua maioria razoáveis.

O ano de 2020 foi bastante atípico, pois devido à pandemia, as instalações da instituição foram pouco utilizadas para que se pudessem seguir os protocolos sanitários. As disciplinas trabalhadas, em sua maioria, tiveram o material disponibilizado pelos docentes em formato digital.

A limpeza da instituição é realizada por profissional competente e garante que os espaços físicos sempre estejam em ótimas condições de utilização. A instituição possui sistema de segurança privada, o que deixa os acadêmicos bastante tranquilos. Ainda, existe todo o respeito à questão de acessibilidade, com rampa de acesso, permissão de entrada de cão-guia, etc. Destaca-se ainda que existe todo o respeito às normas de acessibilidade e segurança em relação à prevenção e combate a incêndio.

As demandas e os aspectos de fragilidade foram repassadas aos gestores da instituição, para que procedam as alterações necessárias.

4.3.6.8 Planejamento e avaliação, especialmente dos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

Para o ano que segue temos as propostas aprovadas em reunião para os Egressos além da melhoria no procedimento de apuração feito pela internet.

Impossível precisar quando nos reuniremos de forma satisfatória para analisarmos o futuro dos instrumentos e nossos processos, a CPA tem consciência que, após a pandemia, instrumentos e processos devem ser revistos e melhorados.

O processo de planejamento institucional acontece de modo contínuo e coordenado. Assim, os gestores buscam planejar ações que levem a instituição a uma evolução contínua e, com base no diálogo e nos dados trazidos a partir da coleta realizada pela CPA, fica possível saber quais atividades da IES estão tendo feedback positivo e quais necessitam de maior atenção.

O processo da auto avaliação envolveu toda a comunidade acadêmica da instituição. Nas ações desenvolvidas a CPA atuou como mobilizadora, executora e, sobretudo na construção de relatórios finais. As ações para execução do processo de avaliação tais como: sensibilização da comunidade acadêmica, elaboração dos instrumentos de avaliação, metodologia de análise, elaboração e interpretação dos relatórios das avaliações realizadas são permanentes nas reuniões e estudos da CPA, atendendo às solicitações internas e externas das instâncias superiores no âmbito da IES e do MEC.

A CPA iniciou o ano de 2021, realizando um planejamento das ações a serem realizadas no referido ano, com o objetivo de manter e/ou otimizar as potencialidades apontadas, e de corrigir as fragilidades detectadas no processo autoavaliativo da instituição do ano anterior, esperávamos o retorno presencial, que não aconteceu.

A meta para 2022 é reavaliar os instrumentos de coleta de dados para que possamos nos adequar a nova realidade pós-pandemia. De acordo com o que foi questionado, não é grande a parcela dos discentes, docentes e servidores que procuram acompanhar os resultados da CPA.

4.3.6.9 Políticas de atendimento aos estudantes

Na Faculdade Santa Lúcia, o estudante tem acesso aos documentos de sua vida acadêmica por meio de sistema de informação desenvolvido na IES. Dúvidas, esclarecimentos, críticas ou reclamações podem ser feitas através da ouvidoria, e são encaminhados à coordenadora ou diretora para solução ou conhecimento da solicitação.

Todos os pleitos encaminhados pelos acadêmicos são recebidos e é feito um grande esforço para a sua resolução. Em meio à pandemia, os acadêmicos que precisam tratar de algum assunto específico tiveram horário individual agendado para que os cuidados com os protocolos de combate à covid-19 pudessem ser observados.

4.3.6.10 Sustentabilidade financeira

Este quesito foi avaliado a partir de diálogo com a direção da instituição, que apresentou à CPA os documentos acerca da arrecadação da IES e seus custos. Houve bastante evasão de acadêmicos, alguns por não terem se adaptado ao método didático de aulas remotas, alguns por terem ficado desempregados. De acordo com os relatórios observados pelos integrantes da CPA, a instituição teve bastante queda em sua arrecadação, mas mantém alguma saúde financeira. Porém, esta não se torna suficiente para que se possa fazer investimentos que atendam as solicitações dos acadêmicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Houve participação muito positiva de parte de todos os segmentos questionados (professores, funcionários e acadêmicos). Dessa forma, podemos afirmar que um número razoável dos sujeitos que compõem a comunidade acadêmica participou deste instrumento de avaliação, demonstrando que há engajamento quanto à participação na coleta de dados da CPA.

Compreendemos que o processo de auto-avaliação institucional é uma ferramenta de grande valor, uma vez que possibilita reflexões coletivas que favorecem o planejamento institucional, a implementação das mudanças necessárias, de modo a alavancar ações que se concretizem em crescimento institucional, favorecendo o aprimoramento das ações acadêmicas e administrativas e também estando em consonância com as orientações legais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Como ações que necessitam atenção para o ano de 2022, salientamos a atualização da biblioteca, a variedade maior de lanches na cantina (essas são sempre a maior fragilidade apontada pelos alunos, mesmo estando assistindo as aulas de forma remota).

Foi realizada também uma pesquisa que identificou pontos positivos e negativos na atuação de cada docente. Estes dados foram repassados aos docentes e estes tomaram conhecimento de ações que foram positivas e negativas junto aos alunos.

A devolutiva possibilitou aos docentes poderem construir suas ações com base em dados coletados e sistematizados

Mogi Mirim, 21 de janeiro de 2022
Romildo Morelato Júnior - Docente
Coordenadora da CPA